**LEI MARIA DA PENHA DAS POSSIBILIDADES DE SE ESTENDER A POLÍTICA PÚBLICA PARA GARANTIR DIREITOS DE MULHERES LÉSBICAS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS EM CASOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE SUA APLICAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL.**

**OLIVEIRA, Thatielle Layra Galves Gonçalves¹** (thatielle\_galves@outlook.com); **CALIL, Mário Lúcio Garcez²** (mario.calil@yahoo.com.br);

¹ Discente do Curso de Graduação em Direito da UEMS - Paranaíba; PIBIC/UEMS;

² Docente do Curso de Graduação em Direito da UEMS - Paranaíba;

O presente estudo visa analisar a aplicação da Lei 11.340/2006, apelidada Lei Maria da Penha, que tem como intuito a coibição e a repressão da violência doméstica promovida no âmbito familiar, assim defendendo a integridade física, moral e social das mulheres. Destarte, a pesquisa irá perquirir e esclarecer qual a “a mulher” que a lei vem amparar e proteger da violência doméstica, indagando acerca da problemática concernente à exclusão dessa tutela às mulheres travestis, lésbicas, transexuais e transgêneros do sexo feminino. O objetivo deste trabalho foi analisar julgados que entendem a possibilidade de estender a aplicação da Lei Maria da Penha para travestis, lésbicas, transgêneros do sexo feminino e transexuais, bem como foram investigados através de ações afirmativas e políticas públicas promovidas no Estado de Mato Grosso do Sul, como ocorre à prevenção da violência doméstica contra tais minorias elencadas. A pesquisa de cunho bibliográfico pautou-se na vasta literatura que aborda o tema, e, via método dedutivo, pretendeu demonstrar a posteriori os casos de violência doméstica e de gênero no Estado de Mato Grosso do Sul, buscando apresentar dados acerca da violência sofrida por lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros do sexo feminino. Em sede de resultados, entende-se que os estudos teóricos cumpriram o objetivo de socializar a pesquisa no meio acadêmico, pois viabilizaram o acesso à temática estudada através da elaboração de artigos científicos em eventos, seminários e congressos por meio de apresentações de trabalhos sobre o alicerce da Lei 11.340/2006 problematizando a questão da violência sofrida por lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. Através dos estudos empreendidos, houve a contribuir para a conscientização e mobilização da comunidade local em prol do combate à violência doméstica contra travestis, lésbicas, transgêneros do sexo feminino e transexuais, provocando assim uma nova postura não apenas da sociedade, mas dos órgãos públicos enfatizando sobre a sua responsabilidade diante de tal demanda.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha; minorias; direitos humanos.

**Agradecimentos:** Registram-se aqui os melhores agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, vinculado à Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – PROPP/UEMS pela concessão da bolsa de iniciação científica.